



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS DE PORTO NACIONAL

MAYARA DE SOUSA PEREIRA

**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NA LITERATURA INFANTOJUVENIL: UMA
ANÁLISE DO LIVRO *SEREI SEREIA?***

Porto Nacional/TO
2021

MAYARA DE SOUSA PEREIRA

**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NA LITERATURA INFANTOJUVENIL: UMA
ANÁLISE DO LIVRO *SEREI SEREIA?***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do curso de Licenciatura em Letras,
Câmpus de Porto Nacional, da Universidade Federal do
Tocantins como exigência à obtenção do grau de
Licenciada em Letras.

Orientadora: Dr. Maria Perla Araújo Morais

Porto Nacional/TO
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

P436a Pereira, Mayara de Sousa Pereira.

Acessibilidade E Inclusão Na Literatura InfantoJuvenil: Uma Análise do Livro Serei Sereia . / Mayara de Sousa Pereira . – Porto Nacional, TO, 2021. 35 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Letras - Língua Portuguesa e Literaturas, 2021.

Orientador: Maria Perla Araújo Morais

1. Literatura infantojuvenil 2. Acessibilidade 3. Inclusão 4. Pessoa com Deficiência.

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

MAYARA DE SOUSA PEREIRA

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NA LITERATURA INFANTOJUVENIL: UMA ANÁLISE DO LIVRO *SEREI SEREIA?*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do curso de Licenciatura em Letras *Campus* Porto Nacional, da Universidade Federal do Tocantins como exigência à obtenção do grau de Licenciada em Letras.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Prof. Dra. Maria Perla (Orientadora), UFT

Prof. Dra. Viviane Cristina Oliveira, UFT

Prof. Dra. Lyanna Costa Carvalho, UFT

Porto Nacional, 2021

AGRADECIMENTOS

Quero primeiramente agradecer ao meu Deus, que sempre esteve comigo e por suas infinitas misericórdias sobre a minha vida, bem por iluminar a minha mente nos momentos difíceis, dando-me coragem e força para prosseguir. Gratidão ABA!

Agradeço aos meus pais, Adir e Luzinete, que com toda sua humildade e honestidade não soltaram a minha mão no momento em que eu mais precisei, pelo amor, cuidado, compreensão e por consolar-me nos momentos de angústia e pela paciência e perdões nos momentos mais impacientes que eu tive, e que dia após dia me ensinam o real significado de amar e ser amada. A vocês todo o meu amor e gratidão.

Aos meus irmãos Marcilane, Keilane e Márcio Vânio que tanto me apoiaram nessa caminhada árdua, vocês são os melhores irmãos do mundo, sou imensamente feliz em tê-los como meus irmãos. Amo vocês incondicionalmente.

A minha orientadora, professora Maria Perla, que tanto me auxiliou e esteve presente sempre que necessitei, contribuindo com o desenvolvimento de todo o meu trabalho e me dando força, coragem e acreditando na minha ideia.

Também não poderia deixar de agradecer aos meus amigos e amigas e professores do curso de Letras Licenciatura da turma de 2017/1 da UFT que tanto me apoiaram e me incentivaram a continuar no curso, e também aos meus irmãos em Cristo da minha igreja que tanto oraram e acreditaram em minha pessoa. Gratidão eterna.

Até aqui nos ajudou o Senhor (1º SM cap7. v.12. Parte b).

RESUMO

O objetivo principal do trabalho foi realizar uma investigação sobre a acessibilidade e inclusão na literatura infantojuvenil através da análise do livro *Serei Sereia?*, de Kely de Castro. Nessa perspectiva, buscamos analisar as ideias que tratam da acessibilidade e da inclusão relacionadas às pessoas com deficiência. Apresentamos leis e discussões sobre inclusão para, posteriormente, pensar em como essas ideias aparecem no livro *Serei Sereia?*. O livro aborda a história de uma menina que vive dividida entre o mundo real e o imaginário e que enfrenta problemas na escola por apresentar deficiência física. Acreditamos que esses problemas se dão porque o mundo ao redor de Inaê não é inclusivo; pelo contrário é cheio de espaços e práticas de exclusão. A história do livro, portanto, proporciona reflexão sobre a existência de acessibilidade, inclusão e exclusão. A metodologia que utilizamos foi bibliográfica, transitando por leis, livros, periódicos online, revistas e jornais para conseguirmos uma base de discussão teórica. Constatamos que, por meio da literatura infantojuvenil, é possível tratar de assuntos fundamentais para a formação de leitores críticos do texto e da sociedade. Os resultados apontam que nossa reflexão apresenta elementos que fazem repensar sobre as práticas tanto educativa quanto social em relação as pessoas com deficiência, porque ainda há preconceito e falta de políticas públicas de apoio a esse grupo. As políticas implantadas, por mais que assegurem o direito dos deficientes, ainda necessitam que haja conscientização, elemento esse que faz e refaz o sujeito no mundo. Papéis como o da escola e da comunidade precisam ser repensados na sociedade.

Palavras-chave: Literatura infantojuvenil. Acessibilidade. Inclusão. Pessoa com Deficiência.

ABSTRACT

The main objective of the work was to conduct an investigation on accessibility and inclusion in children's literature through the analysis of the book *I will be a mermaid?*, by Kely de Castro. In this perspective, we seek to analyze the ideas that deal with accessibility and inclusion related to people with deficiency. We present laws and discussions about inclusion to, later, think about how these ideas appear in the book *I will be a mermaid?*. The book deals with the story of a girl who lives torn between the real and the imaginary world and who faces problems at school because she has a physical disability. We believe that these problems occur because the world around her is not inclusive; on the contrary, it is full of spaces and exclusionary practices. The book's history, therefore, provides a reflection on the existence of accessibility, inclusion and exclusion. The methodology we used was bibliographical, moving through laws, books, online periodicals, magazines and newspapers to achieve a theoretical basis for discussion. We found that, through children's literature, it is possible to address fundamental issues for the formation of critical readers of the text and society. The results show that our reflection has elements that make us rethink both educational and social practices in relation to people with disabilities, because there is still prejudice and a lack of public policies to support this group. The implemented policies, as much as they ensure the rights of the disabled, still need awareness, an element that makes and remakes the subject in the world. Roles such as those of school and community need to be rethought in society.

Key-words: children's literature. Accessibility. Inclusion. Person with Disabilities.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ONU- Organização das Nações Unidas

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

PCN- Parâmetro Nacional Curricular

LISTA DE(IUSTRAÇÕES)

Imagem 1: O capacitismo no trabalho..... 16

Quadro 1: Algumas nomenclaturas para pessoas com deficiência..... 17

1 INTRODUÇÃO.	11
2 INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.	14
2.2 O que as leis brasileiras dizem sobre os deficientes?	18
2.3 A literatura infantojuvenil como um lugar de representatividade e conscientização sobre as pessoas com deficiência	20
3 SEREI SEREIA E A INCLUSÃO.	24
3.1 Resumo do livro Serei Sereia?.....	23
3.2 Serei Sereia? e a inclusão que o Estado pode promover	24
3.3 Serei Sereia e a discussão sobre exclusão	26
3.4 Sereia Sereia e práticas sociais de inclusão	29
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.	31
REFERÊNCIAS.	33

1 INTRODUÇÃO

Atualmente muito se fala sobre acessibilidade e inclusão na sociedade. Apesar de alguns textos literários tratarem sobre a temática, ainda existem vertentes a serem exploradas, diante dos contextos ambíguos e contraditórios da conjuntura social contemporânea. Nossa reflexão apresenta elementos que fazem repensar sobre as práticas tanto educativa quanto social, a visibilidade das pessoas com deficiência ainda tem longos caminhos a percorrer.

Pontua a ONU (2006) que a acessibilidade deve ser uma espécie de garantia de igualdade e de oportunidade, em todos os aspectos sociais. Por um lado, as legislações amparam a temática inclusiva, mas nem sempre as políticas propostas constitucionalmente são suficientes para conter a exclusão, reforça Brasil (2006).

Relacionada às informações, uma averiguação por um estudo mais aprofundado se faz essencial e relevante uma vez que, apesar das várias políticas existentes que atestem o direito da pessoa com deficiência, a incipiência em cumpri-las entre a população causa impactos na vida das pessoas com deficiência. Saber a atribuição de cada um enquanto participante de uma sociedade é uma necessidade atual. Para Freire (1979), quanto mais conscientes somos, mais o objeto a nossa volta é analisado de forma concisa, o autor afirma que a consciência faz e refaz o homem. Nesse sentido de se conscientizar, é necessário conhecer aspectos históricos, de luta, de inserção e exclusão das pessoas com deficiência e saber como utilizar a literatura infantojuvenil nessa perspectiva.

A literatura infantojuvenil discute formas sociais que remetem ao cotidiano. De grande acréscimo ao aprendizado das crianças, a literatura infantojuvenil proporciona uma ampla possibilidade de ensino-aprendizagem, apoiando no desenvolvimento de habilidades e competências, contribuindo com a criatividade, leitura, senso de opinião, dentre outros conjuntos. A partir dela, é possível apresentar temas primordiais para o exercício de cidadania, como discutir a inclusão de ampla parte de nossa sociedade por causa do mito do capacitismo. Sabendo que o capacitismo é a ideia de que pessoas com deficiência são incapazes de realizar ações, vemos que todos os espaços e as relações são pensados excluindo os deficientes.

Os textos presentes na literatura infanto juvenil podem tratar de todos os temas dentro da sociedade, fazendo com que crianças e adolescentes não reproduzam a exclusão e tenham um pensamento inclusivo.

Nossa proposta aqui é refletir sobre o pensamento inclusivo presente no livro de literatura infantojuvenil *Serei sereia?*, de Kely de Castro. A obra traz a história da infância de Inê, uma criança sem movimentos nos membros inferiores. Inê conta com a ajuda da mãe, que se faz companheira sempre, que lhe proporciona viver em um mundo imaginário e real ao mesmo tempo. Inê faz uma alusão imaginária comparativa entre viver no mar e na terra, sua imaginação a faz transportar para outro mundo. Para Inê, no mar não existem problemas como na terra, sua escola é um ambiente exclusivo. Após a experiência da descoberta de Inê de que pode ser o que quiser, a história muda seu curso, suas perspectivas e a vida de Inê abre um “leque” de possibilidades.

Escolhemos esse tema pela importância que se reflete na minha vida real, depois que eu soube na prática sobre alguns medos que as pessoas com deficiência enfrentam, propriamente semelhantes aos que Inê sofreu, pude perceber algumas diferenças em relação ao olhar da sociedade para pessoas que apresentam deficiência, no caso, eu mesma, uma menina de 25 anos amputada transtibial, com pensamentos capacitistas.

Esse foi um dos aspectos que me encorajou ainda mais a querer conhecer de maneira profunda sobre os nossos direitos, defender não somente a mim, mas todas as pessoas que de uma forma direta ou indiretamente sofrem com esse preconceito. E, antes de tudo e de todos, queria mostrar para o meu eu que sou capaz de ser e fazer o que eu quiser, independente das minhas limitações físicas. Hoje percebo o quanto evoluí e quebrei paradigmas, os meus próprios rótulos que por vezes coloquei em mim mesma. Hoje vivo feliz e liberta daquilo que um dia foi dor e hoje se transformou em um sonho realizado que é de alguma forma mostrar um pouquinho desse mundo que todos os dias precisa ser cultivado e respeitado de forma igualitária.

Na pesquisa constam autores como Araújo (2015), Pereira e Saraiva (2017), Pereira (2017), Brasil (2015), Mazzotta e D’Antino (2011), Brasil (1997, 1998, 2000, 2006, 2011, 2016, 2018, 2021), Maciel (2000), Alves (2018), Rodrigues (2020), Mello (2016), Sousa e Farias (2019), Sasaki (2003), Antunes (2016), Mendes (2018), Candido (1999), Oliveira (2018), Malafaia (2018), Freire (1979, 2021), Agostini (2018), Rocha e Lopes (2016), Meira (2019), Figueira (2000), Lisboa (2016), Ferreira, Marques e Lucena (2016) e Castro (2016).

Considerando as informações percorridas, o trabalho está estruturado em três capítulos que abordam em seu *corpus* questões fundamentais para a compreensão da temática proposta. No capítulo intitulado “Inclusão social das pessoas com deficiência” apresentamos a descrição teórica, nesse contexto aborda-se a “inclusão e acessibilidade”

com referências de leis, violências a pessoa deficientes, aspectos preconceituosos, capacitismo e a literatura infantojuvenil.

Logo a seguir analisamos o livro “Serei sereia?”, apresentando o resumo do livro e aparatos teóricos sobre inclusão e exclusão presentes na obra. Em seguida, apresentam-se as considerações finais, abordando elementos cruciais relativos ao desenvolvimento do trabalho.

2 INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Discorre-se no capítulo presente sobre os aspectos voltados à inclusão social das pessoas com deficiência analisando assim aportes teóricos relacionados à temática. Também nesse conjunto há presença teórica sobre a literatura como um lugar de representatividade e conscientização, sobretudo a infantojuvenil.

2. 1. A inclusão e a acessibilidade social de pessoas com deficiência

A história envolvendo a inclusão das pessoas com deficiência vem sendo debatida ao longo de nossa vida social. Araújo (2015, p.14) afirma que “a segregação das pessoas com deficiência é fato histórico que ainda permeia a sociedade contemporânea” e merece atenção para que as práticas inclusivas sejam debatidas.

Pereira e Saraiva (2017) fazem um recorte histórico sobre a inserção das pessoas com deficiência na sociedade, abordando que no Egito antigo existiam doenças de estágio grave e deficiência física ou algum tipo de problema mental e que tais enfermidades seriam causadas por espíritos malignos ou por pessoas que pecaram demasiadamente em vidas passadas. Assim sendo, os deficientes físicos só poderiam receber o tratamento adequado por meio de intervenção divina, assim:

Era passado aos médicos-sacerdotes, especializados nos chamados “Livros Sagrados” sobre doenças e suas curas. Estes se preparavam durante anos para o exercício dessa função e se tornavam qualificados em medicina com competência para prestar atenção médica a pessoas que apresentavam indícios de males graves ou de deficiências físicas e mentais, fossem elas consequentes de malformações congênitas, acidentes ou infortúnios das guerras. (PEREIRA E SARAIVA, 2017, p. 171)

Contam as autoras Pereira e Saraiva (2017) que o país responsável pelo passo inicial da assistência de pessoas com deficiência foi a Grécia, devido às guerras frequentes, uma vez que pessoas a cada confronto surgiam com mãos, pernas e outros membros mutilados ou apresentando algum outro tipo de deficiência. Tais aspectos vieram a sofrer uma mudança maior depois do cristianismo, fato esse que trouxe a figura da pessoa deficiente como uma “criatura” de Deus, com isso essas pessoas passaram a ser assistidas de como alguém que recebia uma espécie de castigo divino para alguém que merecesse os cuidados e proteção.

A religião proporcionou ao deficiente físico um certo “status” de um ser humano, mas isso não foi uma garantia dos direitos desse público, principalmente em relação a sua integração no contexto social. A prática religiosa e a prática medicinal se juntaram, os

hospitais acabaram se transformando em santuários, seitas e outras comunidades religiosas exigiam que perto de seus espaços religiosos fossem construídos suportes hospitalares com presença de enfermeiras ou assistência médica para os enfermos e deficientes, se tornando o que se chama de Asclépio que, segundo Pereira (2017), são algumas organizações de assistência de saúde que prestavam serviço ao exército romano.

Entre os séculos XV ao XVIII, período marcado pelo desenvolvimento científico, surgiram maneiras diversas de lidar com os mais variados tipos de problemas que iam surgindo no meio social. Entre esses pensamentos e descobertas estavam os “primeiros direitos dos homens perante a sociedade”, de acordo com Pereira e Saraiva (2017, p.25). Em concordância, Araújo (2015, p.16) conta que “Nesse contexto floresce a ciência moderna e com ela uma ideia diferente para pensar a deficiência”, apesar dos avanços em passos vagarosos. Foi apenas no século XVIII, como resultado do movimento renascentista, que a ciência engrenou projetos de casas assistenciais bem como uma grande melhora no ramo da cirurgia.

Pereira (2016) ressalta que foi a partir do século XIX que esse contexto da pessoa com deficiência ganhou pautas e a sociedade passou a reconhecer a responsabilidade em relação a esse aspecto. A partir de 1975, foi criada por meio das leis de trabalho a declaração dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, visando uma assistência relacionada aos direitos das pessoas com deficiência.

Nesse sentido de inclusão, no Brasil, vigora a lei de Inclusão da Pessoa com deficiência, sob vigência da lei N°.13.146, de 6 de julho de 2015, em seu Art.1º e Art. 2º:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:

I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;

II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;

III - a limitação no desempenho de atividades; e

IV - a restrição de participação. (BRASIL, 2015, n.p)

O termo “inclusão social” remete à inserção de algo/alguém em determinada espécie de atividade humana. Um dos pontos de extrema relevância de discussão na atualidade diz respeito a essa inclusão e à relação do respeito às diferenças existentes no meio social, “sejam elas étnicas, culturais, religiosas, sexuais ou quaisquer outras, e suas repercussões na cotidianidade do cenário social brasileiro” (MAZZOTTA; D’ANTINO, 2011, p.386).

A inclusão não deve ser apenas educativa; no contexto social, cultural, político e familiar deve ocorrer o processo inclusivo. As legislações em vigor dão suporte a essa temática de inclusão, com garantias essenciais como o direito de ir e vir. Mas as políticas, quando não cumpridas, são insuficientes para a contenção da exclusão. Para essa afirmativa, Brasil (2006, p.36) endossa o argumento de que, “[..] para que a educação inclusiva torne-se realidade, é preciso, também, que os sistemas educacionais oportunizem cursos de formação aos seus educadores para atuarem com alunos com necessidades educacionais especiais”. As políticas públicas nas escolas existem, mas sem êxito de aplicação.

Em relação à acessibilidade, a ONU (2006) pontua que o acesso das pessoas com deficiência deve ser assegurado como uma garantia de igualdade de oportunidades, seja em aspectos físico, motor, seja no transporte, na escola, no trabalho, na rua, em instalações médicas, programas que envolvam uma certa proteção social, os mais variados tipos de eventos, competições, seja no turismo, no lazer, dentre outros fatores sociais.

Em contextos históricos, é perceptível a visão de que existem tipos de violências em um número maior em relação às pessoas que apresentam algum tipo de “deficiência física, mentais, sensoriais ou múltiplas, além daquelas que apresentam outros transtornos de desenvolvimento”, afirma Mazzotta e D’Antino (2011, p.379).

De acordo com Maciel (2000, p.53), alguns pontos como o pouco conhecimento social desencadeiam fatores e afetam o olhar sob a ótica da pessoa com deficiência, isso faz com que a deficiência seja condicionada a uma doença crônica, e é um enorme problema. Esse elemento transforma o contexto da deficiência em algo grave, transformando as pessoas desse grupo em seres “incapazes, indefesos, sem direitos,

sempre deixados para o segundo lugar na ordem das coisas. É necessário muito esforço para superar este estigma”.

Esse cenário preconceituoso abrange grande parte das pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, nesse sentido, a dúvida da capacidade é real no meio social, o tratamento com as pessoas que possuem deficiência ainda paira em torno da teoria social da incapacidade, “[...] a deficiência é associada historicamente a uma posição de desvantagem, numa forma comparativa em que a pessoa com deficiência é comparada a outro membro do grupo [...]” (ALVES, 2018, p.46).

No tocante ao assunto sobre capacitismo, entende-se pela terminologia capacitismo a ofensa a uma pessoa que apresenta algum tipo de deficiência. O capacitismo tem sua estrutura preconceituosa enraizada na história social, nas implicações das normas, ou seja, é contrária à norma padronizada de status corporal. A hegemonia cultural transforma o indivíduo em um cidadão alienado, a cultura da perfeição. (RODRIGUES, 2020).

Na concepção de Mello (2016, p.7), na maioria dos casos as pessoas que possuem algum tipo de deficiência são vistas como “incapazes”. Essa questão do capacitismo está interligada à “corponormatividade”, nessa instância, o corpo é considerado como algo inferior/incapaz, “incompletos ou passíveis de reparação/reabilitação quando situados em relação aos padrões hegemônicos corporais/funcionais[...]”. Tais atitudes do capacitismo ocasionam a falta de empatia, de conscientização, de inclusão e acessibilidade.

Essa seleta rede de crenças sociais sobre corpos “imperfeitos” tem suas raízes desde a antiga civilização greco-romana, seja por fatores econômicos ou afins, essa generalização preconceituosa já predominava na sociedade selecionando em grupos “inviáveis” as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência, separando-as das demais. (MELLO, 2016).

Vejam na charge o exemplo do preconceito em relação à capacidade, por mais que haja políticas públicas, de incentivo, e demais ações voltadas à proteção do indivíduo, alguns grupos da esfera social impõem ideias e atitudes desrespeitosas.

Figura 1 - O capacitismo..



Fonte: FERRAZ, Ricardo, 2021.

É perceptível que nos comentários proferidos a negação é presente no discurso dos sujeitos, ou seja, as palavras ditas remetem à incapacidade de uma pessoa com deficiência em realizar as atividades do cotidiano que são normais, ficando assim o capacitismo como uma representação de discriminação. É justamente nessa linha em que o currículo escolar deve realizar uma ênfase na inclusão. (SOUSA; FARIAS, 2019). As leis das pessoas com deficiência surgiram para questionar questões condizentes ao preconceito, à discriminação.

2.2 O que as leis brasileiras dizem sobre os deficientes?

Segundo Sasaki (2003) e o G1(2018), há algumas nomenclaturas para pessoas com deficiência, entre as quais, estão:

Quadro 1-Algumas nomenclaturas para pessoas com deficiência

Nomenclatura	Grupos/ Como Chamar	Como não Chamar
Pessoa com Deficiência Física	Cadeirantes, amputados, ostromizados etc	Defeituoso físico
Autista	Pessoa com TEA - Transtorno do Espectro Autista	
Síndrome de Down	Pessoa com Deficiência Intelectual	Mongoloide

Surdos	Pessoa com deficiência auditiva	Mudinho (a),
Cegos	Pessoa com deficiência visual	Ceguinho (a),
Aleijado; Defeituoso; Incapacitado; Inválido	Pessoa com deficiência	Aleijadinho (a), Inválido, retardado (a)
Cadeira de Rodas Elétrica	cadeira de rodas motorizada.	

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados de Mendes (2018), Sassake (2003) e o G1(2018).

Salienta Rodrigues (2020) que a terminologia usada mundialmente para caracterizar o grupo de pessoas com algum tipo de deficiência é a sigla PcD “Pessoa com Deficiência”, há também a nomenclatura PNE “ Pessoa com necessidade especial”. Afirma o autor que, por via de bom senso e respeito, o ideal é que a pessoa não seja chamada por suas características, chamar pelo nome demonstra respeito e mostra que a igualdade na sociedade é essencial.

Além das nomenclaturas expressadas erroneamente, grande parte da população utiliza expressões capacitistas, entre tais expressões estão: “dar uma de João sem braço”, “que mancada”, as gírias populacionais reforçam o preconceito. A criação de estereótipos é um dos elementos efeito do capacitismo.

Inicialmente, as leis no Brasil asseguram o direito total da pessoa com deficiência a todos os serviços de direito do cidadão. O Art.8º da lei N°.13.146, de 6 de julho de 2015, assegura que:

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

As leis que asseguram os direitos das pessoas com deficiência vigoram em muitas localidades, no entanto não em todas. O Estado tem papel primordial nessa ação de inclusão nos ambientes públicos. A Rede de Acessibilidade na administração pública (2019) composta pelas organizações Câmara dos Deputados, Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Senado Federal e Tribunal de Contas da União rege uma cartilha instrucional sobre os meios de acessibilidade com dicas de como construir ambientes acessíveis.

Em relação às demais legislações, tem-se a lei de Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece algumas normas em relação à acessibilidade das pessoas que apresentam algum tipo de deficiência ou mobilidade reduzida. Essa lei, conforme Brasil (2000) em seu Art,1º, assegura aos deficientes físicos acesso a locais públicos, assim é papel das entidades governamentais eliminar as barreiras existentes nas vias de passagens, no transporte, em locais de reformas de edifícios, dentre outros. É justamente esse direito que o estatuto em vigor de 2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, tenta promover sob condições de igualdade e também garantir os direitos fundamentais da pessoa com deficiência. Ainda de acordo com esse Estatuto é considerada conforme o Art. 2º a pessoa com deficiência aquela que apresenta a longo prazo alguma espécie de impedimento, mental, físico, sensorial e intelectual.

Brasil (2016) traz ainda a Resolução 230 de 22 Junho de 2016, que apresenta algumas orientações ao poder judiciário e seus serviços a algumas determinações registradas relativas à Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

2.3 A literatura infantojuvenil como um lugar de representatividade e conscientização sobre as pessoas com deficiência

Os portugueses trouxeram ainda no século XVI formas literárias para o Brasil. Inicialmente, era uma linguagem com traços gregos/latinos e que se tornou um forte instrumento para expressão do realismo de um território desconhecido. A literatura se engajou na narração da história de uma imposição cultural. Foi exatamente através dessa literatura que descrevia o novo mundo que “formaram-se aos poucos a divergência, o inconformismo, a contestação, assim como as tentativas de modificar as formas expressivas. A própria literatura popular sofreu a influência absorvente das classes dominantes e sua ideologia”, de acordo com Candido (1999, p.13).

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) entende a literatura infantojuvenil como um universo composto pela leitura, nesse mundo a composição é feita através de contos, lendas, mitos, fábulas, dentre outros elementos. É nesse sentido que contribui para o aprendizado das crianças e sucessivamente amplia o conhecimento para os aspectos sociais no cotidiano. A literatura propicia um contato próximo, é composta pela nutrição, humanização e socialização, aspectos esses que servem de “roteiro” para a vida. (BRASIL, 2018).

Não é à toa que diversos autores endossam em suas obras literárias o panorama do cotidiano da realidade social. O estudo acerca da representatividade e da conscientização na literatura infantojuvenil “encontra sólido apoio na produção de artistas, críticos e pesquisadores que, através dos tempos, vêm se debruçando sobre a relação entre a criação artística e os estudos históricos, literários e culturais”, segundo Oliveira (2018, p.48).

Malafaia (2018, p.11) aborda que há diversas maneiras de representatividade, sejam eles em grupos sociais ou culturais, e que tais representatividades ganham uma visibilidade extra e com “isso passam a ser consideradas como expressão da realidade”.

Freire (1979, p.16) aborda a importância de termos contato com ideias sociais, porque, quanto mais o indivíduo possui a conscientização, mais o objeto é analisado melhor. Freire argumenta que a conscientização faz com que o homem retome o papel de sujeito na sociedade, sujeito esse que faz e refaz o mundo. “A conscientização está evidentemente ligada à utopia, implica em utopia”. Quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores”. Complementando, Agostini (2018) ainda relata que, uma vez que a conscientização esteja ativada, a mesma pode promover a colaboração, a efetiva união, além de um processo cultural de transformação.

A escola, portanto, pode fazer parte dessa conscientização quando não se furta de ser uma instituição onde o debate social deve ser feito. Para além da “educação bancária”, é necessário o ensino cidadão que nos confronta com os problemas de nossa sociedade, nos ajuda a entendê-los e lutar contra eles. (FREIRE, 2021)

Os textos de literatura infantojuvenil costumam tratar de aspectos das individualidades de crianças e adolescentes, visando esclarecer, apresentar e discutir temáticas sociais para essa faixa etária. Segundo Rocha e Lopes (2016, p.5), a literatura infantojuvenil possui algumas contribuições para o desenvolvimento criativo de uma criança, assim, oferece uma bagagem de possibilidades e conhecimentos. Através da

leitura de livros, a criança diversifica a imaginação e adere à criatividade, “a literatura tem poder de fecundar e de propagar ideias, como também padrões ou valores que vêm servindo à Humanidade através dos tempos”.

Sobre a representatividade e conscientização, em especial na infantojuvenil é sabido que muita coisa vivenciada ainda na infância passa despercebida, sem questionamentos na juventude ou na fase adulta. Alguns grupos da sociedade moldam algumas crenças e hábitos de acordo com sua cultura. É justamente na primeira infância que os diversos livros didáticos apresentam em sua composição um mundo cheio de magia, evidencia-se a força da literatura nessa fase, pois os livros são capazes de habitar um território subjetivo dessas crianças.

Afirma Meira (2019) que ainda há uma certa resistência em relação à discussão de gênero e raça para esse público infantil. Assim, as imagens reforçadas são de princesas brancas de olhos azuis e cabelos lisos, repassando a mensagem de perfeição, padrão esse que deixa crianças negras com sentimento de inferioridade. Dessa forma, embora tenha como propósito essa discussão das temáticas de crianças e adolescentes, esse tipo de literatura acaba reproduzindo um certo perfil que exclui a questão racial, social e de gênero. Soma-se a esse perfil o capacitismo, que marca a nossa vida social, fazendo com que também poucas crianças com deficiência apareçam nessa literatura ou, quando apareçam, sejam sempre vistas associadas a aspectos negativos.

A literatura em si deve remeter ao conteúdo, às formas sociais e culturais presentes no cotidiano. (FIGUEIRA, 2000). É nesse contexto que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) agem nas escolas. Essas diretrizes realizadas pelo Governo Federal servem de base orientacional para as escolas brasileiras. As PCN's de Língua Portuguesa do 1º ao 5º ano, por exemplo, destacam a importância dos textos literários nas escolas e ressaltam ainda que tal trabalho “[...] esteja incorporado às práticas cotidianas da sala de aula, visto tratar-se de uma forma específica de conhecimento [...]” (BRASIL, 1997).

Ainda de acordo com as diretrizes das PCN's de Língua Portuguesa, o ensino da literatura em sala de aula implica em contextualizar o cotidiano por intermédio das obras literárias.

A questão do ensino da literatura ou da leitura literária envolve, portanto, esse exercício de reconhecimento das singularidades e das propriedades compositivas que matizam um tipo particular de escrita. Com isso, é possível afastar uma série de equívocos que costumam estar presentes na escola em relação aos textos literários, como, exclusivamente, o ensino gramatical ou os padrões que contribuem com o preconceito.

Postos de forma descontextualizada, tais procedimentos pouco ou nada contribuem para a formação de leitores capazes de reconhecer as sutilezas, as particularidades, os sentidos, a extensão e a profundidade das construções literárias. (BRASIL,1997, p.30).

Nas PCN's do 6º ao 9º ano, o trabalho literário é visto como uma representação das experiências do indivíduo, assim, o texto literário é uma forma de conhecimento diferente, proporcionando ao aluno uma visão do mundo real e de outros mundos imaginários, as possibilidades que os textos literários oferecem para o aluno são variadas, desde o conhecimento social à exploração dos acontecimentos, contribuindo para a construção de novas hipóteses. (BRASIL, 1998).

A partir da literatura infantojuvenil é possível tratar de assuntos fundamentais para a formação de leitores críticos do texto e da sociedade. Mas é necessário também que essa literatura esteja voltada para essas discussões, algo que só recentemente vemos acontecer. A formação de leitores críticos é oferecimento de debates que estão em nosso cotidiano e devem estar nos textos para adolescentes, sob pena de hegemonias, preconceitos e violências que sejam perpetuados em nossa vida social. Através desse ato de leitura é que pessoas formam um senso de opinião.

3 SEREI SEREIA E A INCLUSÃO

Discorre-se nesse capítulo sobre a obra de Kely de Castro (2016), intitulada *Serei Sereia?*, buscando verificar as perspectivas inclusivas presentes na obra

3.1 Resumo do livro *Serei Sereia?*

A obra infantojuvenil *Serei sereia?* retrata a infância de Inaê, uma criança que não tem os movimentos das pernas. O livro começa com a mãe de Inaê contando-lhe uma história, sobre como a filha nasceu. A história que a mãe contava para a menina seria que Inaê era filha adotiva de uma princesa e príncipe do mar, mas que não se mostrava feliz onde morava, por isso seus pais teriam consultado uma sereia mais velha que lhes disse que Inaê não pertencia àquele lugar. Os pais, então, a colocaram numa concha dourada e nove meses depois a menina teria nascido de sua mãe terrestre. Sereia no mar, Inaê na terra não teria os movimentos das pernas, mas ela gostava de se imaginar sereia. Por meio de uma cadeira de rodas e, contando com o apoio da mãe, Inaê era uma menina feliz e sonhadora. Entretanto, enfrentava dificuldades na escola por sempre ser tratada como uma “coitada” e “incapaz” de realizar as atividades das crianças. Por ser excluída das brincadeiras, na escola Inaê se sentia muito sozinha.

Inaê imaginava que no mar ela não enfrentaria esses problemas como na terra e um certo dia, após um acontecimento na escola que deixou Inaê aborrecida, ela decidiu visitar o mar e experimentar o que aquela imensidão de água poderia lhe proporcionar. O experimento de mergulhar no mar resultou em descobertas que mudaram a perspectiva de Inaê ver a vida. E umas das descobertas mais incríveis de Inaê foi que ela poderia ser o que quisesse ser, e que a vida seria feita de alegrias e tristezas, mas com o apoio e amor conseguiria superar as dificuldades.

3.2 *Serei Sereia?* e a inclusão que o Estado pode promover

A cultura predominante no meio social apresenta uma padronização de beleza física que reproduz as características da identidade branca e uma concepção de que pessoas que não apresentam deficiências seriam mais capazes do que as que apresentam. O estereótipo de pessoas padronizadas “adoece” a sociedade:

Nesse sentido, cabe aqui ressaltar a construção e sedimentação de estigmas, estereótipos, padrões de beleza, dentre outras formas simbólicas acompanhadas de atitudes e ações em relação a pessoas que se encontram em determinadas condições individuais e sociais e que em contextos específicos passam a ser discriminadas negativa ou positivamente, tendo favorecida a concretização de situações de **inclusão ou exclusão nos variados espaços da vida social**. Situações de segregação, marginalização ou exclusão, de quem

Portanto, vivemos numa sociedade que produz exclusões. É justamente para pensar nessas exclusões, principalmente as relacionadas à cultura capacitista, que Castro escreve “Serei Sereia?”. Alguns pontos levam à reflexão sobre a inclusão, acessibilidade e a forma de visão do indivíduo sobre o enfrentamento das dificuldades na vida. Logo no início da obra a autora mostra através da vida de Inaê os limites que cada um enfrenta no cotidiano, nesse caso, Inaê não podia “pular” da cama como outras crianças costumam fazer. A autora Castro (2016, p.8) salienta que Inaê, “[...] queria pular logo da cama e sair correndo. Mas ela sabia que não podia [...]”.

A falta de movimento das pernas de Inaê não a tornava uma criança mais infeliz do que as demais, pelo contrário, ela poderia ser feliz ao seu modo. Destaca a autora Castro (2016, p. 9) que “ela poderia ser uma criança tão feliz quanto qualquer outra”. Essa mensagem é importante porque, dentro da cultura capacitista, somente são felizes os que não têm deficiência, como se a deficiência fosse um empecilho para todos os aspectos da vida e a história de Inaê mostra justamente que existem as práticas capacitistas mas que as pessoas com deficiência são capazes de fazer e ser o que quiserem.

O livro ressalta a função da mãe e do seu amor para que a menina consiga superar as dificuldades que encontrará no mundo capacitista. Notemos que o problema é que o mundo, a escola, os espaços e as pessoas não estão organizados de forma a incluir deficientes físicos, portanto o problema é esse tipo de organização e não as pessoas que têm deficiência. Nesse sentido, é importante a ênfase do apoio da mãe, que lhe contava histórias e nunca deixava a menina se desvalorizar: “a história que a mãe contava sobre a origem da falta de movimentos nas pernas deixava a vida de Inaê muito mais divertida [...]”. (p.9). O laço de afeto familiar existente entre a filha e a mãe contribuiu para que Inaê se sentisse apoiada para enfrentar uma sociedade que lhe vê como menos capaz.

Com esse apoio, Inaê apreciava as diferentes experiências, aproveitando tudo ao seu redor, até mesmo entrar no mar, local esse predileto de Inaê: “Ela adorava o mar! Entrava no colo da mãe ou de algum amigo adulto [...]”, narra Castro (2016). Por estar em uma cadeira de rodas, era necessário um tipo de adaptação. Como havia um programa da prefeitura que oferecia a cadeira necessária para Inaê entrar na água, a menina conseguia realizar essa atividade sem maiores percalços. Essa situação nos faz refletir tanto sobre as dificuldades que pessoas com deficiência têm quanto sobre soluções para esses problemas. Quando temos um Estado que ampara em cidadania essas pessoas, as situações de mobilidade e locomoção não serão vistas como problemas. Se o Estado é inclusivo, ele certamente inclui no seu sistema políticas públicas que amparam pessoas com deficiência. No Brasil, a acessibilidade é amparada pela lei de Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que

Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

A narrativa nos mostra a importância do amparo estatal na melhoria de vida de pessoas com deficiência, porque Inaê entrava no mar com uma cadeira adaptável, uma cadeira de rodas carinhosamente apelidada por “anfíbia”, que ora ou outra era emprestada pelo município para a menina Inaê. “Ela adora entrar no mar! Entrava no colo da mãe ou de algum amigo adulto. Também podia entrar com uma cadeira de rodas especial, chamada “anfíbia”, que era cedida às vezes pela prefeitura da cidade [...]”, (CASTRO, 2016, p.11).

Dessa forma, Inaê tinha a liberdade de locomoção para ir à praia com sua mãe ou mesmo sozinha, liberdade essa garantida pela Constituição Federal de 1988 em seu Art.5 no Inciso XV, que garante a livre locomoção do indivíduo (BRASIL, 1998).

É de suma importância que os órgãos públicos desenvolvam políticas de acessibilidade para pessoas com deficiência. É nessa linha de debate que Brasil (2021) afirma sobre políticas públicas de acessibilidade e autonomia para pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, salienta ainda Brasil (2021) que 24% da população apresenta uma determinada deficiência.

As políticas que vigoram têm objetivos de prover com direitos as pessoas com deficiências. Políticas de inclusão impactam positivamente, diminuindo a discriminação e trazendo diversidade à sociedade. As duas principais leis brasileiras que asseguram as políticas públicas da pessoa deficiente são a Convenção Internacional do Direito das Pessoas com Deficiência e o decreto nº 6949 de 2009, ambos retratam e efetivam a criação da lei brasileira de inclusão, lei nº. 13146. (BRASIL, 2021).

3.3 Serei Sereia e a discussão sobre exclusão

Pereira e Saraiva (2017) trazem a reflexão sobre a exclusão, esse é um termo que se caracteriza pela consideração dos aspectos físicos, sensoriais e mentais atípicos que não condizem com o entendimento como membros que pertencem a uma sociedade regida pelo “normal”. Vejamos a história de Inaê: pelo fato de a menina possuir dificuldade de locomoção e apresentar deficiência física, muitos consideravam ser uma doença. Inaê não se encaixava nos padrões “normais” para seus colegas e professores: “[...] pior ainda, tinha gente que achava que ela estava doente, enquanto na verdade ela sempre fora muito saudável [...]” (CASTRO, 2016, p.13). Essa pauta no sistema de ensino sobre a permanência e garantia de desenvolvimento cognitivo e aprendizagem ainda dependem de muitos fatores para a geração de um ensino igualitário. (ANTUNES, 2016).

A exclusão é um fenômeno de preceitos sociais, as causas desse processo se desencadeiam por desordens de processos urbanos, inadaptação, uniformização do sistema de ensino, desigualdades financeiras e acesso a serviços. No contexto escolar, de

acordo com Antunes (2016, p.66), em muitas ocasiões no passado “[...] a escola comportou-se como que ‘cega’ às diferenças. Consequentemente, hoje temos que traçar um caminho difícil tentando fazer com que a escola encare positivamente a diferença como inerente a todos os seres humanos [...]”.

O livro *Serei Sereia?* Discute essa exclusão. Assim, há passagens em que vemos Inaê sendo excluída por não poder andar:

Era mais um dia como outro qualquer e Inaê estava na escola. Ela era muito inteligente e tirava ótimas notas, mas não gostava muito de ir para a escola, pois lá se sentia sozinha. Ficava no seu cantinho preferido, ao lado da quadra, comendo seu lanchinho, vendo a criançada jogar bola e sonhando acordada! (Castro, 2016, p.17).

A partir do exposto, podemos verificar práticas exclusivas. E essas práticas se desenvolveram ao longo das vivências na escola e na vida de Inaê. Em um dos muitos dias na escola em que a menina estudava, ela presenciou uma cena que parecia um sonho, mas acabou se tornando pesadelo. Um dos colegas fez a menção de brincar com Inaê quando foi advertido por um funcionário. “[...] nunca mais faça isso! A menina da cadeira de rodas pode se machucar e ela não tem como se defender!” (CASTRO, 2016, p.18). Eram atitudes como essa que escureciam o coração de Inaê, a dúvida de que a menina era capaz a excluía de seu círculo social.

Consoante à fala de Sousa e Farias (2019), a sociedade utiliza o preconceito do capacitismo para justificar a discriminação relativa à pessoa com deficiência. As atividades diárias normais realizadas por qualquer um podem ser feitas por uma pessoa com deficiência. São pontos como esses que demonstram os desafios de Inaê diante de uma sociedade capacitista. Por exemplo, na narrativa, colegas e professores de Inaê sustentavam o argumento de que a menina não tinha capacidade para fazer muitas coisas. “Na escola, ninguém queria brincar com Inaê. Todos achavam que, só porque ela não andava, não era capaz de fazer mais nada. Além disso, as crianças, e até alguns professores, tinham medo de machucá-la [...]” (CASTRO, 2016, p.13).

A exclusão na maioria das vezes ocorre pela falta de políticas vigentes e a discriminação. Nesse caso, para Inaê faltava o afeto das pessoas a sua volta no ambiente escolar. Atesta Mello (2016) que o capacitismo em dadas circunstâncias é falta de consciência e de se colocar no lugar do outro.

As pessoas com deficiência têm suas habilidades e são capazes de fazer coisas tão boas como as demais (MELLO, 2016). Porém, em nossa sociedade, somente são vistos como capazes aqueles que não têm deficiência física. Inaê, na escola, foi vítima de preconceito capacitista, os colegas não se aproximavam por medo de a menina ter uma doença. É justamente por esses aspectos que a educação inclusiva deve ser acompanhada

de perto; é de importância relevante saber se o capacitismo ocorre na escola e de que maneira e que políticas devem ser tomadas para trabalhar essa discriminação.

Em relação ao papel da escola na vida de Inaê, a menina tímida enfrentava a solidão em vez de a instituição escolar ser um local de socialização. Inaê se destacava pelas notas, mas não havia apoio para ela, ficava no canto, sem brincadeiras, sem interação com as outras crianças, porque todas achavam que Inaê seria menos capaz de brincar.

Caberia à escola, observando situações como essa, incluir, mostrar que Inaê poderia brincar com todos e que não seria menos capaz de realizar diferentes atividades só porque não possuía o movimento das pernas. Nesse sentido, o Decreto de Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, dispõe sobre a educação especial sob garantia do Estado No Art.1º é defendida a inclusão independentemente do nível escolar, o decreto ainda argumenta sobre a não exclusão, Brasil (2011).

Nesse novo contexto, é oportuno ressaltar a responsabilidade do Estado pela educação de todos os cidadãos e a responsabilidade das escolas, até então chamadas de comuns, especialmente as públicas, e que doravante passam a ser denominadas nas políticas como escolas inclusivas já que, nesse entendimento, as escolas comuns deixam de ser percebidas como voltadas para a inclusão da diversidade dos educandos que a elas demandam. (MAZZOTTA; D'ANTINO, 2015, p.382)

Em relação ao papel do professor nessa perspectiva, Inaê foi abordada por sua professora sobre o acontecido entre a menina e a criança que tentou brincar com ela, “Uma professora chegou perto dela e perguntou se estava tudo bem, se não tinha se machucado [...]” (CASTRO, 2016, p.20). Intervenções como essas marcam a exclusão. A professora reforça a exclusão quando vê Inaê como uma menina excessivamente frágil, atribuindo-lhe uma condição de diferença das demais crianças.

Na obra de Castro (2016), o espaço escolar em que se passa a história tem seus aspectos de crítica do ambiente, da atitude de algumas pessoas, da falta de inclusão para as pessoas com algum tipo de deficiência, das políticas vigentes que asseguram os direitos nos papéis, mas na prática as leis não são respeitadas, dentre outros pontos. Inaê sentia que não era incluída no ambiente escolar, e a mãe sempre ponderava que a filha era, sim, especial, mas esse especial se tratava de uma menina extremamente inteligente.

A escola deve realizar a preparação adequada do ambiente escolar, em todos os sentidos, seja no espaço, nas atividades ou na capacitação dos professores e adaptação dos recursos disponíveis na escola. Defende Lazzaretti e Freitas (2016, p.6) que uma das funções escolar é “[...] adequar o seu projeto político-pedagógico à finalidade de inserir

um espaço que busca valorizar, trabalhar e reconhecer essas práticas educativas e utilizá-las como fonte de recurso nos processos de aprendizagem [...]”, dessa forma o trabalho com as diferenças sociais contribui para a formação do indivíduo.

Essas diferenças se expõem também em retratos inclusivos e exclusivos, esse é um paradigma presente no cotidiano, a adequada política de inclusão ainda enfrenta problemas em seu funcionamento. Projetos de espaços ainda estão sendo implementados, o acesso ainda não é para todos, acontece de maneira superficial, locais como teatros, cinemas, museus, parques, feiras, dentre outros, têm sua planta arquitetônica sem modelos de acessibilidade, ou mesmo algumas localidades estão sendo adaptadas para que as pessoas com deficiência possam ter amplo acesso, diminuindo com isso os obstáculos do direito de ir e vir livremente assegurado pelo poder constitucional. (MAZZOTTA; D'ANTINO, 2011).

3.4 *Sereia Sereia* e práticas sociais de inclusão

Para que a inclusão da pessoa com deficiência ocorra de maneira justa, é válido lembrar que quando os direitos humanos foram consolidados foi que o cidadão ganhou o direito protetivo essencial para a sobrevivência. Com a declaração universal de direitos humanos o homem passou a ser um efetivo cidadão de direitos. Os conhecimentos garantidos por lei podem ser encontrados na Constituição Federal de 1988¹, é nesse respaldo que os direitos fundamentais assegurados a todos têm base. Não diverge sobre a inclusão, as pessoas com deficiência são cidadãos com seu espaço e seus direitos. (ANTUNES, 2016).

A inclusão abrange diversos direitos, aqui evocamos o conceito voltado para a inclusão das pessoas com algum tipo de deficiência. Para a autora Lisboa (2000, p.43), “a inclusão social é uma forma de garantir que os impactos negativos na vida da pessoa com deficiência e de sua família sejam prevenidos ou minorados [...]”. Ou seja, para que isso ocorra, as diferenças devem ser superadas. No que condiz à inclusão na vida de Inê, algumas brincadeiras eram realizadas entre a menina e seu amigo Cauã, tanto em casa quanto na escola.

Inê e Cauã cresceram juntos e brincavam de tudo! De bola, pega-pega, pique-esconde, cabra-cega, e de *brin-cadeira-de-rodas*, a preferida dela! O jogo era assim: Cauã empurrava a cadeira de Inê pelo quintal. Ele fingia ser piloto e ela, por sua vez, sua ilustre copilota, que fazia barulho de carro com a boca: BRUUUUU.....BRUUUUU...!. (CASTRO, 2016, p.15).

¹ BRASIL, Constituição Federal Brasileira. 1988.

As colocações no excerto mostram as evidências inclusivas que o amigo de Inê praticava, é necessária a conscientização para adesão da inclusão, essa conscientização é um valor que todos devem buscar alcançar. (LISBOA, 2016).

Tais pontos mencionados remetem à inclusão social, o lazer na escola propicia assertivas de um bom desempenho na vida da criança, a motivação que a criança encontra nas brincadeiras é de alto poder educativo. Inê encontrou em Cauã motivos para alegria em dias nublados na escola. Nesse aspecto, defendem Mazzotta e D' Antino (2011, p.11) que “A educação, a cultura e o lazer constituem, sem dúvida, espaços estruturados com fundamental poder de mediação na consolidação da inclusão social da pessoa com deficiência, assim como de todo e qualquer sujeito”.

Outra característica que remete à inclusão na história é o laço materno entre mãe e filha, certifica Ferreira, Marques e Lucena (2016) que a família é o primeiro contato, grupo em que o indivíduo é inserido. É esse relacionamento que proporciona a nutrição adequada em fatores emocionais e influencia na construção do “ser”, é nesse núcleo familiar que ocorrem bases fundamentais de autoestima, confiança e formação de valores. Na história podemos acompanhar o quanto a mãe de Inê encorajava a filha a enfrentar os problemas, brincar com o amigo, ter seu mundo imaginário, e ainda assim viver no real, porque Inê tinha sonhos assim como toda pessoa tem e a mãe tornava os dias de Inê mais alegres, com amor e dedicação à filha. Vejamos dentre alguns conselhos dado pela mãe à filha. “ [...] para se quem você quiser ser é preciso estudar e ir para a escola. É preciso enfrentar seus problemas. Se você não se sente bem na escola, nós vamos resolver isso, eu ainda não sei como, mas eu prometo que vamos resolver”. (CASTRO, 2016, p.29).

Percebemos o seio familiar bem trabalhado na questão da inclusão favorece o bom desenvolvimento da criança. A relação construída entre as personagens na história respalda a questão do amor, as mensagens que a mãe de Inê transmitia à filha enfatiza a liberdade, confiança, incluindo a menina em todos os aspectos sociais, não é porque Inê andava de cadeira de rodas que não poderia ser o que quisesse.

Filha, você pode ser uma sereia e pode ser o que mais quiser na vida, acredite em mim. Você pode ser professora, cantora, médica, atriz, veterinária... o que você quiser! Mas, para isso você precisa viver, viver a sua vida! E a vida não é feita apenas de sonhos coloridos, às vezes é difícil viver. (CASTRO, 2016, p.29).

É válido ressaltar a relação estabelecida ao longo da história que reforça o quanto a sociedade ainda precisa se conscientizar, seja em casa, na rua, no trabalho, ou qualquer outro local. As barreiras sociais existentes precisam ser deixadas de lado por uma sociedade mais diversificada, mas com a mesma essência de respeito ao próximo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar o estudo da temática da inclusão e da acessibilidade a partir do livro de Literatura infantojuvenil “Serei sereia”, de Kely de Castro, foi uma experiência motivadora, uma vez que os pontos abordados são de relevância ímpar para a comunidade. Não se trata apenas de investigar as leis, os direitos, o papel da escola, dentre outros conjuntos para que novas práticas de sujeito consciente venham a ser aderidas. É essencial esse debate, a real necessidade das pessoas com deficiência é uma das metas em que se devem pautar os interesses da sociedade.

A pesquisa apresenta um estudo voltado à acessibilidade e inclusão na literatura infantojuvenil, observando as reflexões presentes no livro “Serei Sereia?” da escritora Kelly de Castro. Em um contexto geral, as relações expostas se direcionam à perspectiva da pessoa com deficiência e questões relativas a sua inserção na sociedade.

Mediante a realização da pesquisa, os resultados proporcionaram reflexões pertinentes relacionadas aos direitos da pessoa com deficiência no espaço social, bem como os aspectos inclusivos, seja na escola, no seio familiar, na rua, com os vizinhos e assim sucessivamente. Nessa exploração, foi possível verificar o papel que a literatura infantojuvenil desempenha na vida das crianças e é de fundamental importância no contexto escolar, tanto para formação de leitores quanto para a construção do conhecimento. Na atualidade é de demanda necessária que a literatura infantojuvenil venha a tratar sobre acessibilidade e inclusão. A literatura em si deve remeter ao conteúdo das formas sociais e culturais presentes no cotidiano, afirma Figueira (2000).

Diante dos resultados analisados percebeu-se que a literatura infantojuvenil oferece amplas possibilidades de assuntos fundamentais do dia a dia para serem trabalhados. É necessário que essa literatura esteja voltada para essas discussões. É através desse método que as crianças irão desenvolver habilidades interpretativas, senso crítico e se tornaram cidadãos que sabem os seus direitos e dos demais grupos.

A escola também é apontada como um ambiente em que as crianças aprendem a desenvolver as práticas de leitura constante. A escola ainda passa por processos educativos, as políticas em vigência ainda não são efetivadas com a precisão adequada, levando à discriminação, assegura Mello (2016). Nessa mesma via de reflexão, vimos a importância do papel da família e amigos, além de fortalecer laços, ajudam a criança a

enfrentar as dificuldades do mundo. Devemos desconstruir o mundo capacitista e acreditar e encorajar os sujeitos à autonomia crítica e social.

Baseado na leitura do livro *Serei Sereia?* foi possível identificar as dificuldades que uma criança com deficiência atravessa em nossa sociedade. Esses problemas são ocasionados por um mundo que se organiza em torno do mito do capacitismo. As aventuras, os anseios, os medos, os problemas, os preconceitos, as alegrias são exemplos básicos característicos da personagem Inê mas que retratam várias Inês no mundo real. A história do livro não se trata apenas de uma ficção infantil, a representação narrada é um acontecimento do cotidiano social. Os pontos abordados são semelhantes aos que acontecem na sociedade. Tanto a exclusão quanto a acessibilidade e inclusão existem ao nosso redor, cabe a cada um mudar a maneira de enxergar a diversidade que o outro proporciona.

Alguns indicadores sociais apontam que um dos caminhos para a promoção de uma sociedade justa é a conscientização. É por meio desse elemento que o sujeito enquanto participante faz e refaz no mundo o papel de construção do “ser”. Para Agostini (2018), uma vez que a conscientização esteja ativada, a mesma pode promover a colaboração, a efetiva união, além de um processo cultural de transformação.

Portanto, essa pesquisa acrescentou conhecimentos científicos e que significam muito para a formação acadêmica e cidadã.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, N. Conscientização e Educação: ação e reflexão que transformam o mundo. **Pro. Posições**. V. 29, N. 3 (88) | set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/FnhYy5MG7QRL4z4YCC3FnNq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 ago.2021.

ALVES, A.C.F.L.G. **Todas as crianças são especiais, Discussão sobre uma educação inclusiva: Do capacitismo a uma Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva inclusiva no ensino fundamental infantil**. Disponível em: http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/40066/1/TCC_Todas%20as%20crian%C3%A7as%20s%C3%A3o%20especiais%2C%20discuss%C3%A3o%20sobre%20educa%C3%A7%C3%A3o%20inclusiva%20%20do%20capacitismo%20%C3%A0%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Especial%20na%20perspectiva%20inclusiva%20no%20ensino%20municipal%20infantil.pdf. Acesso em: 10 nov.2021.

ANTUNES, K.C.V. Exclusão e inclusão: Dois lados da mesma moeda. **Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História**. UFJF. Vol.2. N.3. Jan/Jun2016.

ARAÚJO, E. H. S. **Acessibilidade e Inclusão de pessoas com deficiência na Faculdade de Direito da UFBA**.- 2015. 86 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos.Salvador, 2015.

AZZARETTI, B; FREITAS, A. S. **Família e Escola: O processo de inclusão escolar de crianças com deficiências**. Caderno Intersaberes. vol. 5, n.6, p.1-13. ISSN 2317 - 692x. 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/268169278.pdf>. Acesso em: 04 out.2021.

BRASIL. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais DEFICIÊNCIA FÍSICA**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>. Acesso em: 11 nov.2021.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Literatura infantil: reflexões e práticas. 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/203-literatura-infantil-reflexoes-e-praticas?highlight=WyJsXHUwMGZhZGljbyJd>. Acesso em:04 nov.2021.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 out.2021.

_____. **Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 10 out.2021

_____. **Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em: 15 ago.2021.

_____. **Lei Nº.13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 15 jul de 2021.

_____. **Políticas públicas levam acessibilidade e autonomia para pessoas com deficiência**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/09/politicas-publicas-levam-acessibilidade-e-autonomia-para-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 04 nov.2021.

_____. **Resolução 230 de 22 de Junho de 2016**. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2301>. Acesso em 04 ago.2021.

_____. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental. 1997 – Brasília: 144p.

_____. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa/ Secretariade Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 106 p.

CANDIDO, A. **Iniciação à Literatura Brasileira**. – 3. ed.– São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 1999. 98p.

CASTRO, K. **Serei Sereia?**. Ilustrações de Amanda Azevedo. – São Paulo: Editora Kapulana, 2016.

DAMÁSIO, A. **O Mistério da Consciência**: do corpo e das emoções do conhecimento de si. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

DAVID, R.S. Literatura infantojuvenil: discussões sobre o panorama histórico e gênero literário e suas características de produção literária. **Associação Brasileira de Literatura Comparada**. V.18, n.28.2016.

FIGUEIRA, E. **As pessoas com deficiências no contexto da literatura infanto-juvenil e didática**. Mimesis, Bauru, v. 21, n. 1, p. 39-52, 2000.

FERREIRA, E.A.C; MARQUES.R.T.G; LUCENA, J.E. **A Família e o Processo de Inclusão de Pessoas com Deficiência**. 2016. Disponível em: https://www.fvj.br/re-vista/wp-content/uploads/2016/11/Socializando_20162_7.pdf. Acesso em: 10 out.2021.

FREIRE, P. **Conscientização**: Teoria e prática da libertação uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra. – São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GIORGI, P. **A criança e as suas instituições – a família / a escola**. Livros Horizonte, Lisboa.1980

G1. **Responsabilidade Social**. 2018. Disponível em: <https://redeglobo.globo.com/Responsabilidade-Social/novidades/noticia/glossario-traz-nomenclatura-correta-para-ajudar-na-construcao-de-uma-sociedade-inclusiva.ghtml>.

LISBOA, M.F.L.S. A deficiência e o preconceito: Uma visão histórica e atual sobre a pessoa com deficiência. **Cadernos da Fucamp**, v.19, n.42, p.35-47/2020.

LOPES, P.C. **Literatura e linguagem literária**. 2016. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-lopes-literatura.pdf>. Acesso em: 04 ago.2021.

MACIEL, M.R.C. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **SÃO PAULO EM PERSPECTIVA**, 14(2) 2000.

MALAFAIA, E.D.S. A importância da representatividade negra na construção de identificação em crianças negras a partir de literatura infanto-juvenil negra. XCopene (Congresso Brasileiro de pesquisadores negros). 2018. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1531151049_ARQUIVO_COPENE2.pdf. Acesso em: 10 ago.2021.

MAZZOTTA, M.J.S; D'ANTINO, M.E.F. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer. **Rev. Saúde Soc.** São Paulo, v.20, n.2, p.377-389, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/mKFs9J9rSbZZ5hr65TFs5H/?lang=pt>. Acesso em: 12 mai.2021.

MEIRA, D.S. **A literatura infantil e a representatividade negra**. 2019. Disponível em: <https://www.ipabrasil.org/post/a-literatura-infantil-e-a-representatividade-negra>. Acesso em: 22 ago.2021.

MELLO, A.G. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade**: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência e saúde coletiva** .21(10):3265-3276, 2016.

ONU. 2014. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova York, NY: Nações Unidas. Disponível em: http://www.pcdlegal.com.br/convencaoonu/wp-content/themes/convencaoonu/downloads/ONU_Cartilha.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.

OLIVEIRA, S.R. A representação do negro em sociedades escravocratas das Américas: história, literatura e artes visuais. **Aletria**, Belo Horizonte, v. 28, n. 4, p. 47-63, 2018eISSN: 2317-2096 DOI: 10.17851/2317-2096.28.4.47-63.

PEREIRA, J.A; SARAIVA, J.M. Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 40, p. 168-185, jan.- jun./2017.

PEREIRA, J.A. **Acessibilidade para pessoas com deficiência física e/ou sensorial à hotelaria: na perspectiva do consumo coletivo**. Dissertação- Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2016, 144f. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede/bitstream/tede2/5210/2/Jaquelline%20de%20Andrade%20Pereira.pdf>. Acesso em: 12 de Jul de 2021.

ROCHA, P.A; LOPES, R.V.N. Literatura infanto-juvenil: história e relações com a pedagogia. **Revista Querubim** – revista eletrônica de trabalhos científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais – Ano 12 Seção Especial - Dezembro – 2016 ISSN 1809-3264.

RODRIGUES, J. **Pcd, PNE, afinal, que termo usar para pessoas com deficiência?** 2020. Disponível em: <https://pcdmais.com.br/pcd-pne-afinal-que-termo-usar-para-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 04 out.2021.

MEIRA, D.S. **A literatura infantil e a representatividade negra**. 2019. Disponível em: <https://www.ipabrazil.org/post/a-literatura-infantil-e-a-representatividade-negra>. Acesso em: 22 ago.2021.

MELLO, A.G. **Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. Ciência e saúde coletiva** .21(10):3265-3276, 2016.

ONU. 2014. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova York, NY: Nações Unidas. Disponível em: http://www.pcdlegal.com.br/convencaoonu/wp-content/themes/convencaoonu/downloads/ONU_Cartilha.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.

OLIVEIRA, S.R. A representação do negro em sociedades escravocratas das Américas: história, literatura e artes visuais. **Aletria**, Belo Horizonte, v. 28, n. 4, p. 47-63, 2018eISSN: 2317-2096 DOI: 10.17851/2317-2096.28.4.47-63.

PEREIRA, J.A; SARAIVA, J.M. Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 40, p. 168-185, jan.- jun./2017.

PEREIRA, J.A. **Acessibilidade para pessoas com deficiência física e/ou sensorial à hotelaria: na perspectiva do consumo coletivo**. Dissertação- Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2016, 144f. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede/bitstream/tede2/5210/2/Jaquelline%20de%20Andrade%20Pereira.pdf>. Acesso em: 12 de Jul de 2021.

ROCHA, P.A; LOPES, R.V.N. Literatura infanto-juvenil: história e relações com a pedagogia. **Revista Querubim** – revista eletrônica de trabalhos científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais – Ano 12 Seção Especial - Dezembro – 2016 ISSN 1809-3264.

RODRIGUES, J. **Pcd, PNE, afinal, que termo usar para pessoas com deficiência?** 2020. Disponível em: <https://pcdmais.com.br/pcd-pne-afinal-que-termo-usar-para-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 04 out.2021.

SASSAKI, R.K. **terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. 2003. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/TERMINOLOGIA_SOBRE_DEFICIENCIA_NA_ERA_DA.pdf?1473203540. Acesso em: 15 out.2021.

SOUSA, V.A; FARIAS, A.Q. **Capacitismo e currículo escolar: construindo relações**. VI Congresso Nacional de Educação – CONEDU, 2019. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_S A10_ID1994_27092019000648.pdf. Acesso em: 01 nov.2021.